

A FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Adriana Brito da Silva

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: adrianabritodasilva448@gmail.com

Marta Cirera

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: marta.cirera@gmail.com

Carlos Eduardo Honorato Santos

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

E-mail: edu.honorato@gmail.com

Fabíola Monique Maraschin Machado

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

E-mail: fabiolamoniquemm@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe analisar a formação acadêmica do Serviço Social brasileiro sob a ótica da emancipação humana. Apresenta elementos sobre a importância e diferença do caráter educativo na formação dos profissionais do Serviço Social e suas contradições. Metodologicamente se estrutura em um ensaio teórico com pesquisa bibliográfica buscou-se levantar elementos sobre aspectos específicos e desafiadores do papel formativo focado em concepções de defesa da justiça social e dos direitos humanos. As análises se fundamentam pela teoria social crítica. Resultou num ensaio crítico sobre a formação profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação transformadora. Formação emancipatória.

THE FORMATION OF SOCIAL SERVICE AND HUMAN EMANCIPATION

ABSTRACT

This article aims to analyze the academic training of Brazilian Social Work from the perspective of human emancipation. It presents elements on the importance and difference of the educational character in the training of Social Work professionals and its contradictions. Methodologically, in a theoretical essay with bibliographical research, we sought to raise elements on specific and challenging aspects of the formative role focused on conceptions of defense of social justice and human rights. The analyses are based on critical social theory. The result is a critical essay on the professional training of Social Work.

Keywords: Social Work. Transformative education. Emancipatory training.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo propomos refletir sobre a importância da perspectiva formativa para estudantes do curso de Bacharelado em Serviço Social como forma de mitigar o conhecimento crítico e emancipatório.

Entendendo que o futuro profissional terá por atribuição analisar e identificar demandas, construir proposições sociais e estar habilitado para a ação investigativa e interventiva, diante de um contexto sociopolítico contraditório, formar estudantes que entendam o seu papel de construir caminhos para o acesso aos direitos e consciência política, ou seja, capaz de transformar e objetivar equidade social, é um dos objetivos fundamentais da formação em Serviço Social no Brasil.

Defendemos aqui, uma formação distanciada da concepção funcional e arcaica de sociedade, e assim, descolada da origem da profissão, ligada às práticas assistencialistas, que de forma funcional pautava-se na relação de favor e benevolência.

O Serviço Social traz em sua trajetória na sociedade brasileira marcas caritativas e filantrópicas voltadas à contenção das classes sociais; além disso, não tinha como horizonte o reconhecimento de direitos dos trabalhadores. Logo, os assistentes sociais exerceram sua função reproduzindo os interesses das classes sociais dominantes da época, buscando “maior ajustamento político e ideológico da classe trabalhadora aos limites estabelecidos pela burguesia” (MARTINELLI, 2006, p.127).

Esse histórico que envolveu as origens do Serviço Social ainda atravessa a operacionalização da ação profissional quando adotada uma visão pragmática e conservadora. No debate da práxis profissional, os assistentes sociais nos avanços da categoria, acompanharam as lutas populares para a redemocratização nos anos de 1970 e 1980 e o processo de democratização do país que alicerçou politicamente a constituição de um novo projeto profissional.

Nessa perspectiva subentende-se o necessário papel e compromisso de uma formação que se coloque radicalmente crítica frente à estrutura de refuncionalização da sociedade imposta pelo mercado capitalista e pelos ditames neoliberais. Desta forma as organizações responsáveis pela formação, como ABEPSS e o conselho de categoria, bem

como o corpo docente atuam e devem atuar nesse sentido, comprometidos com uma formação que tem por princípio norteador a defesa do projeto ético político profissional¹.

Para José Paulo Netto (1996), o projeto ético-político profissional não é um dado, mas um processo em constante construção e reconstrução, que se expressa nas lutas e nos posicionamentos das(os) profissionais. Ele pressupõe uma compreensão crítica da realidade social e um posicionamento profissional que não se limite à mera execução de tarefas, mas que promova a reflexão e a ação transformadora.

Netto destaca que esse projeto se edifica sobre princípios como a defesa intransigente dos direitos humanos, a radicalidade da democracia, a recusa do conformismo e da naturalização das desigualdades, e a opção por uma perspectiva classista que reconhece e busca intervir nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Traduz-se numa reflexão sobre os necessários enfrentamentos e desafios tanto no espaço formal da formação quanto nos espaços de debate da constituição profissional, significa reafirmar exemplos e/ou repensar novos formatos para a formação em Serviço Social, vislumbrando avanços.

Como caminho metodológico para o estudo foi utilizado o modelo de ensaio teórico com pesquisa bibliográfica², e análise qualitativa, buscando levantar elementos sobre aspectos do papel formativo focado em concepções de defesa da justiça social e dos direitos humanos, na sua intersecção com classe, raça e gênero.

Minayo (2001) enfatiza a natureza dialógica e crítica do processo de pesquisa, definindo o ensaio teórico como uma metodologia de pesquisa que explicitamente define as opções teóricas fundamentais e explora as implicações dessas opções para a compreensão de um fenômeno.

Nesse sentido foram utilizados autores como Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, István Mészáros, Marcos Tarciso Masetto, Maria Lucia Martinelli, Marilda Iamamoto, Paulo Rennes Marçal e literaturas ligadas às definições e parâmetros para a formação

¹ O "projeto ético-político profissional", na concepção de José Paulo Netto, refere-se a uma construção histórica e social que almeja a autonomia e a emancipação humana por meio do exercício profissional, especialmente no contexto do Serviço Social. Não se trata de um código de conduta meramente formal, mas de um compromisso teleológico (orientado para fins) que busca a superação das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Netto, 1996).

² Para Maria Cecília de Souza Minayo, a análise qualitativa é muito mais do que uma simples técnica de pesquisa; ela é um processo reflexivo e interpretativo que busca compreender os **significados, sentidos e subjetividades** envolvidos nos fenômenos sociais.

profissional, tais como, as diretrizes para a formação profissional da ABEPSS/1996, dentre outros documentos.

Desta forma, este estudo contribuiu trazendo elementos de apoio ao debate do desenvolvimento do ensino no Serviço Social, tais como a importância do planejamento conjunto dos núcleos de fundamentos da formação profissional, o papel da articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão como espaços de aproximação à realidade social e da centralidade do estágio como elemento de conexão da formação e do fazer profissional.

2 DIALOGANDO SOBRE A FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Este estudo propõe-se numa análise crítica desvelar conceitos e concepções da educação formal no Brasil ao processo de formação do profissional do assistente social articulado aos princípios e diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (1996).

Dessa forma, a partir de um posicionamento teórico e de uma análise qualitativa, o objetivo deste trabalho é destacar, no contexto atual, o importante desafio da formação na constituição do Serviço Social Brasileiro.

2.1 O modelo de educação formal e excludente

A educação foi e é um poderoso instrumento de controle, em sua estrutura ideológica, atuando hegemonicamente conforme os interesses políticos dominantes desde sua gênese. Uma das principais características da educação formal da nossa sociedade é produzir conformidade e passividade diante da ideologia política vigente, e isso acontece desde o Brasil colônia quando os colonizadores impuseram aos indígenas uma cultura alheia, na qual os Jesuítas com sua “missão da Companhia de Jesus era a de catequizar, ou seja, conseguir adeptos à fé católica, tornar os índios mais dóceis e submissos, adaptando-os à mão de obra” (RIBEIRO, 1993, p. 15) e mais tarde o objetivo mudou voltando-se a educação às elites e excluindo o povo.

Se fossemos aprofundar as reformas educacionais, reconheceríamos pensamentos filosóficos que se fundamentam de um lado positivista no cientificismo e pragmático, e por outro lado, liberal na destruição de privilégios hereditários e respeito às capacidades individuais.

Conforme Ribeiro (1993), as reformas pedagógicas não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos, e o que percebemos é que a educação tradicional se manteve como consequência do modelo socioeconômico e que não havia substancialmente sido alterada com o advento da República. Assim podemos reafirmar que não importa a época, as diretrizes educacionais são direcionadas a atender hegemonicamente os interesses políticos da classe dominante.

A competência pedagógica no ensino superior até 1970 contribuiu para o saber fazer, colaborar de forma eficiente para que os/os alunos/os aprendessem a fazer, ou seja, a profissionalização (Masetto, 2003). Mais recentemente com o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que abrangem a construção do conhecimento através da presença dos institutos de pesquisa, empresas e Ongs, as áreas da ciência se aproximaram e docentes são chamados a dialogar de forma multi e interdisciplinar.

A aprendizagem ultrapassa os muros das universidades e das especificidades, envolve conhecimento especializado das universidades e outras fontes, mas também envolve criatividade, conhecimento e inventabilidade.

Ensinar está ligado à aprendizagem cognitiva, sofisticando-se com práticas de ensino ligadas à pesquisa, aprendizagem e auto acompanhamento contínuo e trabalho coletivo, um diálogo contínuo entre docente e discente.

Necessariamente, acrescenta-se aqui a perspectiva emancipatória de educação descrita em Mészáros (2008), que a educação não deve qualificar o homem para o mercado, mas sim para a vida, ou seja, colocando a educação num lugar privilegiado como forma de decifrar enigmas do mundo e de superação dos obstáculos da realidade.

Ao focar o olhar sobre a ação docente é possível perceber a difícil e corajosa tarefa, mas também desafiadora e transformadora, o processo de construção de conhecimento é revelador e tem acentuada importância na constituição do ser.

Diante às questões colocadas para o ensino superior no Brasil, os embates estão situados na disputa pela melhoria da qualidade do ensino em contraposição à visão mercadológica e retorno à proposição de práticas pedagógicas conservadoras.

No Serviço Social brasileiro, o ensino está intrinsecamente ligado à questão social e suas múltiplas manifestações. Em um cenário de crescente precarização, marcado pela desigualdade social e pela retração das políticas redistributivas e do acesso a direitos sociais, a formação profissional tem o papel crucial de responder a essas ofensivas, tanto na academia quanto no próprio exercício da profissão.

Para Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira (2004), a educação é um processo que tem como característica fundamental atingir uma determinada finalidade. No contexto de uma sociedade, a educação pode ser um instrumento de manutenção da ordem societária ou transformação social, conforme os pressupostos, os conceitos que a fundamentam e direcionam sua trajetória. A autora nos provoca com três tendências:

A tendência redentora coloca a educação como responsável pela direção da vida social, numa sociedade concebida como um conjunto de indivíduos que vivem num todo orgânico e harmonioso, a educação neste contexto tem por objetivo sua manutenção. Os teóricos dessa tendência, num otimismo ilusório, conferem à educação a redenção da sociedade, sendo considerada como: “[...] um instrumento de equalização social, (...) uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social” (Saviani, 1999, pp. 16-17).

Com ampla autonomia sobre a sociedade, a educação é compreendida a partir dela mesma; as teorias que assim a definem desconsideram a contextualização crítica da educação na dinâmica social e são chamadas por Dermeval Saviani de “teorias não-críticas”.

Na segunda tendência, os teóricos abordam a educação como um elemento da própria sociedade, direcionada totalmente para os seus interesses, reproduzindo assim, o modelo dominante. “A sociedade é concebida como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força” (Saviani, 1999, p.16), onde os que detêm maior poder compõem a classe dirigente, detentora dos meios de produção social, e os demais indivíduos são aqueles relegados à condição de marginalizados.

Apesar de ser considerada “crítica” por compreender a educação contextualizando-a aos determinantes sociais, essa tendência é reprodutivista, pois numa postura pessimista, as teorias que a orientam não lhe apontam outra alternativa a não ser reproduzir a sociedade, sendo assim chamadas de “teorias crítico-reprodutivas”.

A educação, na terceira tendência, é compreendida como mediadora de um projeto de sociedade, possuindo um papel ativo na realidade social. Os teóricos dessa tendência analisam a educação situada dentro dos determinantes sociais, mas considerando a possibilidade de uma ação estratégica, é, portanto, denominada “crítica” por ser uma instância social na luta pela transformação da sociedade. Numa perspectiva dialética, a educação trabalha para a concretização de um projeto social.

Nos dias de hoje ainda vemos essa herança da tendência privatizante da educação que retira a responsabilidade do Estado e terceiriza para o privado sem garantia de qualidade alguma, é o que acontece com a maior parte do ensino superior na contemporaneidade.

É preciso estarmos atentas(os) para as forças contraditórias que atravessam as perspectivas emancipatórias da educação, cuja função social precisa estar a serviço da transformação, isto é, de uma formação coletiva e crítica que visa romper com as barreiras da desigualdade social latente.

2.2 Desafios presentes no processo de formação profissional da(o) assistente social

Perante a defesa de uma formação de caráter crítico e baseada nos pilares ético-políticos construídos pela categoria profissional ao longo dos anos, importa a articulação de um ensino do Serviço Social que compreenda os impasses e contradições sobre a sociabilidade capitalista e as graves mazelas oriundas da questão social a fim de propiciar ao corpo discente uma formação profissional baseada na “[...] permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional” (ABEPSS, 1996, p. 8). Isto permite que se desenvolva e se expanda análises críticas das/os estudantes acerca das relações entre racionalidade técnica e cultural, bem como a compreensão das necessidades sociais e humanas.

Dado o contexto da sociedade atual e a necessidade de oferta de aportes teóricos críticos sobre os processos e expressões sociais que nos cercam, temos como desafio preparar assistentes sociais qualificadas/os para atuar frente a esta realidade. Isso pressupõe uma formação que capacite para o acompanhamento das mudanças aceleradas e a intensa circulação de conhecimentos, sem nunca perder de vista o atendimento qualificado às/aos usuárias/os das políticas sociais. Torna-se necessário incentivar o desenvolvimento da análise crítica, do respeito à diversidade e da defesa da interdisciplinaridade, contribuindo para a formação de profissionais críticas/os e comprometidas/os com a classe trabalhadora, que tomem a sociedade como um espaço a ser transformado.

Para esta reflexão é importante nos ater aos apontamentos feitos por Iamamoto (2014) sobre os desafios que a docência e a categoria profissional vêm discutindo sobre a formação para o Serviço Social. A autora nos remete a pensar sobre o desmonte das políticas sociais que condicionam fortemente a cobrança de práticas conservadoras às demandas de intervenção profissional, gerando importante e necessário debate sobre as atribuições e o

compromisso profissional; sobre a precarização dos campos de estágios, impactada pelas relações no mundo do trabalho, campos que deveriam ser espaços privilegiados de aprendizado e de concepção da indissociabilidade teórico metodológica; quanto a dificuldade de planejamento pedagógico integrado dos Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional, dada a precarização das relações de trabalho dos professores, que no caso do Serviço Social encontram-se majoritariamente empregados no ensino privado; e também sobre o pequeno incentivo às atividades de extensão e pesquisa, principalmente nas universidades particulares.

Assim, são desafios para a formação das/os estudantes da graduação em Serviço Social acordo e apoio para a efetiva consecução do tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como, pactuar compromisso com as diretrizes curriculares da formação, que se alicerçam numa formação que pressupõe: **(i) a articulação entre teoria e prática**, como um dos eixos fundamentais da formação, permitindo que as/os estudantes investiguem a realidade social e confrontem as teorias com a prática profissional; **(ii) a dimensão investigativa**, apontada como um dos princípios formativos e condição central da formação profissional, o que implica que o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e extensão é fundamental para a atuação do assistente social, sendo que a formação deve capacitar para a apreensão crítica do processo histórico e para a investigação os processos sociais contemporâneos; **(iii) o desenvolvimento de capacidades técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas**, sendo que o tripé ensino, pesquisa e extensão contribui para todas as dimensões, fornecendo ferramentas para a análise da realidade, a reflexão ética e a intervenção qualificada; e **(iv) o Estágio Supervisionado** como o locus privilegiado para a identificação das expressões da questão social e aplicação de conhecimentos metodológicos na análise da realidade institucional e social.

Nesse cenário, torna-se imprescindível reafirmar o papel da formação profissional como um processo que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos técnicos ou reprodutivos. Paulo Freire (1996) nos provoca ao afirmar que:

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. A nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de apreender a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que

constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção.
(FREIRE, 1996 pág.35)

A inclusão dessa perspectiva crítica é vital no campo do Serviço Social, pois denuncia os limites de uma formação meramente tecnicista e reafirma a necessidade de formar sujeitos históricos capazes de apreender criticamente a realidade. Nesse sentido, a formação não deve posicionar o discente como um recipiente passivo de saberes prontos, mas como um sujeito ativo na construção do conhecimento, mobilizando curiosidade epistemológica, reflexão crítica e capacidade de intervenção social. Essa compreensão está em plena consonância com os princípios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que alicerçam o projeto ético-político profissional, conforme apontado pela ABEPSS (1996), ao defender uma formação que articule teoria e prática e que tenha como horizonte a transformação da realidade social em que se insere.

Ao entender que o processo de formação deve preparar assistentes sociais não apenas para interpretar, mas para agir sobre a realidade concreta, promovendo a equidade e a justiça social, a contribuição freiriana fortalece o compromisso com uma educação emancipadora. Tal visão é estratégica frente aos desafios impostos pela precarização do ensino, à lógica neoliberal dominante e à mercantilização dos saberes, reafirmando a necessidade de educar para a autonomia, a criticidade e a ação transformadora.

Desta forma, pensar a formação requer um diálogo transversal de saberes, concepção de mundo e fundamentos teóricos imprescindível para formar um futuro assistente social reflexivo e crítico com habilidade, intencionalidade e direção social para o entendimento dos fenômenos sociais e a formulação de propostas de intervenção assertivas e participadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo representou a reflexão de um grupo composto por docentes e discentes preocupados em analisar o papel da formação em Serviço Social articulada com a perspectiva crítica e com a visão da direção social da profissão alicerçada ao projeto ético político profissional (PEP). Assim, numa revisão de literatura pudemos explicitar os parâmetros para a formação, que se fundou num movimento de busca dos estudos sobre o papel do processo de educação no Brasil e suas diferentes perspectivas e suas implicações e rebatimentos para os fundamentos da formação profissional.

Diante ao panorama apresentado faz-se importante enfatizar que a profissão passou por diversos processos desafiadores no que se refere ao repensar da sua práxis profissional em defesa do PEP, debates fundamentais para a definição de parâmetros norteadores para a formação profissional.

Nesse contexto, a articulação do ensino, pesquisa e extensão desempenha papel fundamental no processo formativo das/os estudantes, aproximando-as/os dos debates que permeiam o cotidiano profissional e permitindo a materialização da práxis profissional.

Ressalta-se também o papel da pesquisa, da extensão e do estágio como espaços fortalecedores da aproximação com o espaço de intervenção e vivência da práxis profissional.

Importante destacar que considerada a especificidade e a particularidade histórica do Serviço Social no Brasil, a formação acadêmica não pode estar descolada de contextos e conceitos que são fundamentais para a profissão, tais como as expressões da questão social, o processo de trabalho, a diversidade social, classe, gênero, raça, dentre outros. Por meio dos três eixos formativos as/os acadêmicas/os podem e devem se engajar em discussões significativas que as/os preparam para enfrentar os desafios da atuação profissional.

Além disso, é necessário evidenciar que entendemos que a formação deve objetivar a análise da realidade social e das expressões da questão social em campos específicos de atuação do Serviço Social, propiciando, através do estágio supervisionado, aos estudantes a aproximação qualificada às diferentes políticas públicas, a fim habilitá-los a identificar as potencialidades e fragilidades dos espaços profissionais e no incentivo ao envolvimento em projetos de pesquisa e extensão com vistas a propiciar uma formação potente, que atravesse as diversas áreas do saber e que seja compromissada com uma prática profissional voltada para a justiça e equidade social.

Por fim, é importante pensar a formação para além de si mesma, ou seja, compreendendo as contradições sociais que a atravessam, principalmente em uma conjuntura de ascensão da extrema direita e de diminuição constante dos direitos sociais historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Além de não alcançar a universalidade, esses direitos tornam-se cada vez mais reduzidos, acirrando as lutas de classes e aprofundando as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Eis o desafio: contribuir para a formação de futuros profissionais comprometidos com a direção ético-política do projeto profissional, empreitada que envolve professores e discentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 29 ed., Brasília, 2008.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, Maria Lucia, **Serviço social: identidade e alienação**. 10^a. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Por uma educação além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, fev./jul. 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.